

MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação Biblioteca Nacional
Departamento Nacional do Livro

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA
José Veríssimo

À memória cada vez mais amada e mais saudosa de meus pais José Veríssimo de Matos

e

Ana Flora Dias de Matos consagro este livro, remate da minha vida literária, que lhes deve o seu estímulo inicial.

José Veríssimo Dias de Matos
Rio (Engenho Novo),
11 de julho de 1915

Índice Geral

INTRODUÇÃO **PERÍODO COLONIAL**

Capítulo	I	A PRIMITIVA SOCIEDADE COLONIAL	
Capítulo	II	PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES LITERÁRIAS	
		Os Versejadores	
		Os prosistas	
	I	Portugueses	
	II	Brasileiros	
Capítulo	III	O GRUPO BAIANO	
Capítulo	IV	GREGÓRIO DE MATOS	
Capítulo	V	ASPECTOS LITERÁRIOS DO SÉCULO XVIII	
Capítulo	VI	A PLÊIADE MINEIRA	
	I	Os Líricos	
	II	Os Épicos	
Capítulo	VII	OS PREDECESSORES DO ROMANTISMO	
	I	Os Poetas	
	II	Prosadores	
Capítulo	VIII	O ROMANTISMO E A PRIMEIRA GERAÇÃO	ROMÂNTICA
Capítulo	IX	MAGALHÃES E O ROMANTISMO	
Capítulo	X	OS PRÓCERES DO ROMANTISMO	
	I	Porto Alegre	
	II	Teixeira e Sousa	
	III	Pereira da Silva	
	IV	Varnhagen	
	V	Norberto	
	VI	Macedo	
Capítulo	XI	GONÇALVES DIAS E O GRUPO MARANHENSE	
Capítulo	XII	A SEGUNDA GERAÇÃO ROMÂNTICA. OS PROSADORES	
Capítulo	XIII	A SEGUNDA GERAÇÃO ROMÂNTICA. OS POETAS	
	I	Álvares de Azevedo	
	II	Laurindo Rabelo	
	III	Junqueira Freire	
	IV	Casimiro de Abreu	
	V	Poetas Menores	

Capítulo	XIV	OS ÚLTIMOS ROMÂNTICOS
	I	Prosadores
	II	Poetas
Capítulo	XV	O MODERNISMO
Capítulo	XVI	O NATURALISMO E O PARNASIANISMO
Capítulo	XVII	O TEATRO E A LITERATURA DRAMÁTICA
Capítulo	XVIII	PUBLICISTAS, ORADORES, CRÍTICOS
Capítulo	XIX	MACHADO DE ASSIS
		Índice Onomástico

Introdução

A LITERATURA QUE SE escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse se veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestado literariamente, que dá à nossa literatura a unidade e lhe justifica a autonomia.

A nossa literatura colonial manteve aqui tão viva quanto lhe era possível a tradição literária portuguesa. Submissa a esta e repetindo-lhe as manifestações, embora sem nenhuma excelência e antes inferiormente, animou-a todavia desde o princípio o nativo sentimento de apego à terra e afeto às suas cousas. Ainda sem propósito acabaria este sentimento por determinar manifestações literárias que em estilo diverso do da metrópole viessem a exprimir um gênio nacional que paulatinamente se diferenciava.

Necessariamente nasceu e desenvolveu-se a literatura no Brasil como rebento da portuguesa e seu reflexo. Nenhuma outra apreciável influência espiritual experimentou no período da sua formação, que é o colonial. Também do próprio meio em que se ia daquela formando lhe não proveio então qualquer influxo mental que pudesse contribuir para distingui-la. E como assim foi até quase acabar o século XVIII, não apresenta períodos claros e definidos da sua evolução nesse lapso. As reações que daquele meio porventura sofreu foram apenas de ordem física, a impressão da terra em seus filhos; de ordem fisiológica, os naturais efeitos dos cruzamentos que aqui produziram novos tipos étnicos; e de ordem política e social, resultantes das lutas com os holandeses e outros forasteiros, das expedições conquistadoras do sertão, dos descobrimentos das minas e conseqüente dilatação do país e aumento da sua riqueza e importância. Estas reações não bastaram para de qualquer modo infirmar a influência espiritual portuguesa e minguar-lhe os efeitos. Criaram, porém, o sentimento por onde a literatura aqui se viria a diferenciar da portuguesa. As divisões até hoje feitas no desenvolvimento da nossa literatura não parece correspondam à realidade dos fatos. Mostra-o a sua mesma variação e diversidade nos diferentes historiadores da nossa literatura, e até mesmo no principal deles, incoerente consigo mesmo. Após acurado estudo desses fatos tenho por impossível e vão assentá-los em divisões perfeitamente exatas ou dispô-los em bem distintas categorias. Fazê-lo com êxito importaria o mesmo que descobrir outros tantos aspectos diversos e característicos em uma literatura sem autonomia, atividade e riqueza bastantes para se nela passarem as alterações de inspiração, de estesia ou de estilo que discriminam e assentam os períodos literários; uma literatura que em trezentos anos da sua existência apagada e mesquinha não experimentou outras reações espirituais que as da Metrópole, servilmente seguida. Assim sendo, é evidente que os únicos períodos literários aqui verificáveis seriam os mesmos ali averiguados. Quando começava aqui a literatura, lá havia terminado, ou estava terminando, o quinhentismo, a melhor época da portuguesa. Principiava então lá o seiscentismo, prematura e rápida degradação daquele brilhante momento, cuja brevidade era aliás consoante com a da época de esplendor nacional, revendo tudo o que de ocasional e fortuito houvera nos escassos cem anos da dupla glória portuguesa. Mas, como acertadamente nota um novo crítico, “o seiscentismo não terminou em 1699, no último dia do ano, perdurou até a segunda metade do século XVIII e a Arcádia e suas imitações não encerram o século

XVIII; a Arcádia de Antônio Dinis só se fundou em 1756. No segundo quartel ainda Antônio José satirizava o gongorismo, que era uma atualidade”.¹

O que, portanto, havia no Brasil era o seiscentismo, a escola gongórica ou espanhola, aqui amesquinhada pela imitação, e por ser, na poesia e na prosa, a balbuciante expressão de uma sociedade embrionária, sem feição nem caráter, inculta e grossa. Que o era, o mais perfuntório exame, a leitura ainda por alto dos versejadores e prosistas dessa época o mostrará irrecusavelmente. Não há descobrir-lhe diferença que os releve na inspiração, composição, forma ou estilo das obras. Sob o aspecto literário são todos genuinamente portugueses, por via de regra inferiores aos reinóis. A única exceção apresentada, a de Gregório de Matos, é impertinente. Da sua obra a só porção distinta, e estimável por outras qualidades que as propriamente literárias, é a satírica ou antes burlesca. A inspiração e feitio desta não destoa, porém, quando se tem presumido da musa gaiata portuguesa do tempo, ilustrada ou deslustrada por D. Tomás de Noronha, Cristóvão de Morais, Serrão de Castro, João Sucarelo, Diogo Camacho e quejandos, todos mais ou menos discípulos e imitadores, como o nosso patrício, do espanhol Quevedo, mas todos a ele inferiores. Como aos comuns motivos de satirizar de seus êmulos portugueses juntasse Gregório de Matos o estímulo do seu descontentamento de colonial gorado nas suas ambições e malogrado na sua vaidade, é talvez o seu estro satírico mais rico e, para nós, muito mais interessante que o daqueles. Não é, porém, nem mais original, nem mais subido. A singularidade, mesmo a superioridade de Gregório de Matos, ainda quando bem assente, não bastaria aliás para desabonar o conceito de que o seu exemplo não prejudica a regra geral da nossa evolução literária no período colonial. Um só escritor, uma só obra, salvo proeminência excepcional e de efeitos averiguados, não anula um fato literário como o verificado. A parte séria das composições de Gregório de Matos é genuinamente do pior seiscentismo, como pela língua, estilo e outras feições o é também a sua porção satírica. De resto o seu caso ficou único e isolado, incapaz, portanto, de alterar como quer que fosse a continuidade do nosso desenvolvimento literário. E os fatos provam que em nada o alterou. Simultânea e posteriormente continuou aquele como se vinha fazendo.

Somente para o fim do século XVIII é que entramos a sentir nos poetas brasileiros algo que os começa a distinguir. E só nos poetas. Distinção, porém, ainda muito escassa e limitada e também parcial. Por um ou outro poema em que se revê a influência americana, há dezenas de outros em tudo e por tudo portugueses. Os mesmos poetas do princípio do século XIX, sucessores imediatos dos mineiros e predecessores próximos dos românticos, são ainda e sobretudo seiscentistas, apenas levemente atenuados pelo arcadismo. Esta procrastinação do seiscentismo aqui, como o gongorismo que lhe era consubstancial, e é acaso congênito à gente ibérica, além do motivo geral da mais lenta evolução mental das colônias, poderia talvez explicá-lo o ter aqui vivido, se exibido e influído o mais poderoso engenho português dessa época, o Padre Antônio Vieira. A sua singular individualidade, exaltando-lhe os insignes dotes literários, supera a desprezível feição literária do período e a ampara e defende se não legitima. A corroborar-lhe a má influência, continuada pelos pregadores seus discípulos, vieram as academias literárias, focos e escolas do mais desbragado gongorismo. Somente com os primeiros românticos, entre 1836 e 1846, a poesia brasileira, retomando a trilha logo apagada da Plêiade Mineira entra já a cantar com inspiração feita dum consciente espírito nacional. Atuando na expressão principiava essa inspiração a diferenciá-la da portuguesa. Desde então somente é possível descobrir traços diferenciais nas letras brasileiras. Não serão já propriamente essenciais ou formais, deixam-se, porém, perceber nos estímulos de sua inspiração, motivos da sua composição e principalmente no seu propósito.

As duas únicas divisões que legitimamente se podem fazer no desenvolvimento da literatura brasileira, são, pois, as mesmas da nossa história como povo: período colonial e período nacional. Entre os dois pode marcar-se um momento, um estádio de transição, ocupado pelos poetas da Plêiade Mineira (1769-1795) e, se quiserem, os que os seguiram até os primeiros românticos. Considerada, porém, em conjunto a obra desses mesmos não se diversifica por tal modo da poética portuguesa contemporânea, que force a invenção de uma categoria distinta para os pôr nela. No primeiro período, o colonial, toda a divisão que não seja apenas didática ou meramente cronológica, isto é, toda a divisão sistemática, parece-me arbitraria. Nenhum fato literário autoriza, por exemplo, a descobrir nela mais que algum levíssimo indício de “desenvolvimento autônomico”, insuficiente em todo caso para assentar uma divisão metódica. Ao contrário, ela é em todo esse período inteira e estritamente conjunta à portuguesa. Nas condições de

evolução da sociedade que aqui se formava, seria milagre que assim não fosse. De desenvolvimento e portanto de formação, pois que desenvolvimento implica formação e vice-versa, é todo o período colonial da nossa literatura, porém, apenas de desenvolvimento em quantidade e extensão, e não de atributos que a diferenciassem.

Certo é que na segunda metade do século XVII e princípio do XVIII, poetas brasileiros (não foram aliás mais de três), ocasionalmente, sem intenção nem insistência mostraram-se impressionados pela sua terra, cantaram-lhe as excelências naturais com exagero de apreço e entusiasmo em que é lícito perceber o abrolhar do sentimento nacional, começado a gerar-se com os sucessos da guerra holandesa. Fizeram-no aliás pouco e mediocrementemente. Em vez de seguir e cavar esse veio que se lhes deparava, perseveraram na poética portuguesa sua contemporânea. Seria desarrazoado, seria forçar os fatos a acomodarem-se às nossas prevenções, enxergar mostras de sentimento literário autônomo nessas singularíssimas exceções. Nem por isso são elas desinteressantes. Testemunham a influência dos aludidos sucessos no espírito dos brasileiros, onde criaram ou ativaram o sentimento nativista. Importam-nos ainda como as primeiras manifestações do impulso de louvar a terra, impulso que se tornaria logo um sestro literário nosso. A quase dois séculos de distância o verificaria Casimiro de Abreu, nos seus sentidos e conhecidos versos:

*Todos cantam sua terra
Também vou cantar a minha
Nas débeis cordas da lira
Hei de fazê-la rainha.*

Toma outra feição que a puramente portuguesa a nossa literatura no segundo período, o nacional.

Independente e constituído, desenvolvendo-se menos adstrito à exclusiva influência da Metrópole e ao seu absorvente predomínio, entra o país a experimentar o influxo de outras e melhores culturas, sofre novos contatos e reações, que são outros tantos estímulos da sua inteligência e capacidade literária. O maior de todos, porém, não será externo, mas o mesmo sentimento nacional afinal consciente: o desvanecimento da sua independência, da sua maioria de povo, das suas possibilidades de crescimento com as suas promissoras esperanças de futuro. Por isso a literatura imediatamente posterior à Independência é ostensivamente, intencionalmente nacionalista e patriótica. O germe nativista de que a *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, ao expirar do século XVI, é já o primeiro indício, e a *Ilha de Maré*, de Botelho de Oliveira, no final do século XVII, um mais visível sinal, germe desenvolvido, podemos dizer nutrido, do calor bairrista de Rocha Pita, e relevado nos poetas do fim do século XVIII, completa com a primeira geração romântica a sua evolução. E resulta da índole claramente nacionalista, mais ainda, patriótica, da literatura de após a Independência.

Este fato determinara-o a mesma reação literária inaugurada na Europa com o Romantismo, que em suma era sobretudo, e esta é a sua mais exata definição, uma revolta contra o que se continuava a chamar de classicismo. Tanto mais fácil foi à nova escola encontrar aqui simpatias, entusiasmos e sequazes, quanto sendo um princípio de independência e liberdade lisonjeava o nosso ardor de ambas no momento. Teve de fato alvoroçado acolhimento, como era próprio de gente nova, em pleno fervor da sua mocidade emancipada, irreflexiva e malquerente de quanto lhe recordava a sua servidão política e mental. Cumpre, todavia, não exagerar essa malevolência, que por honra dos corifeus desse nosso movimento literário nunca se desmandou nas suas reivindicações de autonomia literária, antes guardou nelas uma compostura de bom gosto.

O Romantismo europeu não só influiu os poetas e escritores de todo o gênero, se não os políticos, os oradores, ainda sacros, de que é frisante exemplo Monte Alverne, o maior deles, e os publicistas. Como na Europa, foi também aqui mais que uma escola literária, uma forma de pensamento geral.

Principalmente assinalaram o nosso Romantismo: a simpatia com o índio, a intenção de o reabilitar do juízo dos conquistadores e dos nossos mesmos patrícios coloniais, o errado pressuposto dele ser o nosso antepassado histórico, o amor da natureza e da história do país, encarados ambos com sentimentos e intenções estreitamente nativistas, o conceito sentimentalista da vida, o propósito manifesto de fazer uma literatura nacional e até uma cultura brasileira. Inspirado no preconceito dos méritos do índio revelou-se este propósito em recomendações do ensino da língua tupi,

em parvoinhas propostas de sua substituição ao português na adoção de apelidos indígenas ou na troca dos portugueses por estes e no encarecimento de quanto era indígena.²

Com estas feições apenas ligeiramente modificadas por novos influxos recebidos de fora ou aqui mesmo nascidos, durou o nosso Romantismo, iniciado pela terceira década do século XIX, até o meado do decênio de 1870. As últimas obras de vulto que ainda a ele, com a sua inspiração indianista, se vinculam, são o *Evangelho nas Selvas*, de Fagundes Varela, e as *Americanas*, de Machado de Assis, ambas em 1875.

Pelo fim do Romantismo, esgotado como acabam todas as escolas literárias, tanto por enfraquecimento e exaustão dos seus motivos, como pela natural usura, entram a influir a mente brasileira outras correntes de pensamentos, outros critérios e até outras modas estéticas européias de além Pireneus oriundas das novas correntes espirituais, o positivismo em geral ou o novo espírito científico, o evolucionismo inglês, o materialismo de Haeckel, Moleschott, Büchner, o comtismo, a crítica de Strauss, Renan ou Taine, o socialismo integral de Proudhon, o socialismo literário de Hugo, de Quinet, de Michelet. Outras tendências e feições, criadas por estas novas formas de pensamento, se substituem ao ceticismo, ao desalento, ao satanismo, tudo também literário ou apenas sentimental de Byron, Musset e outros que tanto haviam influenciado a nossa segunda geração romântica. Verifica-se que nenhuma das correntes do pensamento europeu que aturaram no brasileiro levou menos de vinte anos a se fazer aqui sentir. E esta é a regra ainda depois que as nossas comunicações com a Europa se tornaram mais fáceis e mais freqüentes. Destas várias influências contraditórias, e até disparatadas, que todas, porém, simultaneamente atuaram o nosso pensamento, não saiu, nem podia sair, um composto único e ainda menos coerente, como até certo ponto fora no período romântico o espiritualismo cristão ou o puro sentimentalismo dos nossos românticos, sem exceção. Sob o aspecto literário o que delas resultou foi o rompimento, mais ou menos intencional, mais ou menos estrepitoso, mais ou menos peremptório, com o Romantismo. De tal rotura se não gerou, entretanto, um movimento com bastante ressaltado, caráter ou homogeneidade que possamos defini-lo com um apelido idôneo. O que se lhe tem dado, como as divisões e subdivisões nele feitas, afigura-se-me inconseqüente com os fatos literários bem apreciados. Não ignoro, e menos contesto, a importância e valia das classificações para compendiar a explicação dos fatos literários. Mas não basta não ignorá-lo ou praticá-las a torto e a direito para podermos alardear filosofia de história literária. Aquele valor e importância só a têm as classificações perfeitas em que quase nada ou mesmo nada fica ao arbítrio do crítico, mas tudo obedece lógica e naturalmente a um justo critério bem estabelecido. Sem isso, que é difficilimo em todas as literaturas e é positivamente impossível em a nossa, tais classificações tanto podem inculcar uma digna tendência filosófica, como uma supina presunção.

O que principalmente distinguiu e afeiçoou este nosso movimento espiritual ou mais propriamente literário posterior ao Romantismo foi o pensamento científico e filosófico triunfante por meados do século XIX — caracterizado pelo preconceito da infalibilidade da ciência e por uma exagerada opinião da sua importância. Esse pensamento, aqui como em toda a parte, recebeu a denominação pouco precisa, mas em suma bastante significativa, de pensamento moderno. Aqui produziu ele maior e mais raciocinado desapego às crenças tradicionais religiosas ou políticas, gerou o acatolicismo ou o agnosticismo em grande número de espíritos e o republicanismo ainda em maior número. Não chegou, porém, a criar manifestação literária alguma bastante considerável e homogênea, e suficientemente distinta, para a podermos nomear com exatidão segundo os seus particulares caracteres literários. Para sair da dificuldade sem, por iludi-la, cair no erro de dar a esta fase da nossa literatura algum apelido desaproposado, parece que o meio mais seguro é lhe verificar a inspiração ou idéia geral e motriz, e consoante ela denominá-la. Era esta declaradamente seguir em arte como em filosofia, e ainda em política, as idéias modernas, o racionalismo científico, o positivismo filosófico, o transformismo e o evolucionismo como um critério geral do pensamento, o liberalismo político, que levava de um lado ao republicanismo, de outro, com duvidosa coerência, ao socialismo. O “pensamento moderno”, e a sua competente apologia, foram aqui um tema literário repetido até o fastio e sob esta denominação ou a ainda mais vaga de “idéia nova” se reuniam desencontrados conceitos, sentimentos e aspirações. Dava-lhes, todavia, unidade bastante para ao menos exteriormente os caracterizar. Não sendo possível descobrir-lhes com toda a certeza o acento predominante, a feição literária essencial e por evitar a impertinência e vaidade das tentativas já feitas para agrupar em categorias definidas autores e obras desta última fase

da nossa evolução literária, parece mais prudente crismá-la segundo o seu principal estímulo mental — a sua superstição das idéias modernas — e chamar-lhe de modernismo.³ Efetivamente é a influência cosmopolita e onívota dessas idéias e dominante em a nossa literatura nessa fase e, salvo exceções individuais pouco relevantes, não mais o nacionalismo romântico. Torna-se a poesia — e a poesia foi sempre em cópia e qualidade a porção mais considerável da nossa literatura — menos subjetiva, menos ingênua e sentimentalista, e a diminuição destas suas qualidades acaso, sob o aspecto da emoção, amesquinhou o nosso lirismo. Ao invés ganhou ele em dons verbais de expressão e em virtudes de forma e métrica. A mesma forma aperfeiçoou-se com qualidades de composição e temperança. Nota-se mais o aparecimento em toda a nossa literatura de requisitos de que carecia, e que faltaram sempre à antiga literatura portuguesa, o gosto, o interesse, a capacidade das idéias gerais, preocupações mais largamente humanas e sociais, em vez de pura sentimentalidade e do estreito nacionalismo romântico. Alguns dos principais representantes desta última fase da nossa evolução literária são, sem prejuízo do seu brasileiro de raiz, cosmopolitas ou universais. Tais são Castro Alves, Tobias Barreto, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado.

Antes da República, ou por espírito de oposição ao império católico, ou por influência desse pensamento moderno, eram os intelectuais brasileiros quase todos livres-pensadores, ou pelo menos espíritos de um larguíssimo liberalismo, que roçava pelo livre-pensamento. Este liberalismo foi, aliás, a feição conspícua do espírito brasileiro e da vida pública brasileira durante todo o reinado de D. Pedro II. Com a República, que não podia falhar à índole ditatorial e despótica do republicanismo latino e aos efeitos da sua educação pelo jacobinismo francês, atenuou-se essa feição e minguou na política, como na inteligência nacional, aquele espírito liberal.

Uma escola literária não morre de todo porque outra a substitui, como uma religião não desaparece inteiramente porque outra a suplanta. Também não acontece que um movimento ou manifestação coletiva de ordem intelectual, uma época literária ou artística, seja sempre conforme com o seu princípio e conserve inteira a sua fisionomia e caráter. É, pois, óbvio que aqui, como sucedeu na Europa, ficaram germes ou antes restos do Romantismo, como neste haviam ficado do classicismo. Misturados com o “cientificismo” do momento ou influídos por ele, esses remanescente do Romantismo confundiram-se na corrente geral daquele originada, produzindo com outros estímulos e impulsos supervenientes algumas feições diversas na fisionomia literária desta fase. Nenhuma, porém, tão distinta que force a discriminação.

A dificuldade geralmente verificada desta discriminação sobe de ponto aqui, onde por inófia da tradição intelectual o nosso pensamento, de si mofo e incerto obedece servil e canhestramente a todos os ventos que nele vêm soprar, e não assume jamais modalidade formal e distinta. Sob o aspecto filosófico o que é possível notar no pensamento brasileiro, quanto é lícito deste falar, é, mais talvez que a sua pobreza, a sua informidade. Esta é também a mais saliente feição da nossa literatura dos anos de 70 para cá. Disfarça-as a ambas, ou as atenua, o íntimo sentimento comum do nosso lirismo, ainda em a nossa prosa manifesto, a sensibilidade fácil, a carência, não obstante o seu ar de melancolia, de profundidade e seriedade, a sensualidade levada até a lascívia, o gosto da retórica e do reluzente. Acrescentem-se como característicos mentais a petulância intelectual substituindo o estudo e a meditação pela improvisação e invencionice, a leviandade em aceitar inspirações descontraídas e a facilidade de entusiasmos irrefletidos por novidades estéticas, filosóficas ou literárias. À falta de outras qualidades, estas emprestam ao nosso pensamento e à sua expressão literária a forma de que, por míngua de melhores virtudes, se reveste. Aquelas revelam mais sentimentalismo que raciocínio, mais impulsos emotivos que consciência esclarecida ou alumiado entendimento, revendo também as deficiências da nossa cultura. Mas por ora, e a despeito da mencionada reação do espírito científico e do pensamento moderno dele inspirado, somos assim, e a nossa literatura, que é a melhor expressão de nós mesmos, claramente mostra que somos assim.

Literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura. Assim pensando, quiçá erradamente, pois não me presumo de infalível, sistematicamente excluo da história da literatura brasileira quanto a esta luz se não deva considerar literatura. Esta é neste livro sinônimo de boas ou belas letras, conforme a vernácula noção clássica. Nem

se me dá da pseudonovidade germânica que no vocábulo literatura compreende tudo o que se escreve num país, poesia lírica e economia política, romance e direito público, teatro e artigos de jornal e até o que se não escreve, discursos parlamentares, cantigas e histórias populares, enfim autores e obras de todo o gênero.⁴

Não se me impõe o conceito com tal grau de certeza que eu me não atreva a opor-lhe a minha heresia, quero dizer a minha humilde opinião. Com o mais recente e um dos mais justamente apreciados historiadores da literatura francesa, o Sr. G. Lanson, estou que “a literatura destina-se a nos causar um prazer intelectual, conjunto ao exercício de nossas faculdades intelectuais, e do qual lucrem estas mais forças, ductilidade e riqueza. É assim a literatura um instrumento de cultura interior; tal o seu verdadeiro ofício. Possui a superior excelência de habituar-nos a tomar gosto pelas idéias. Faz com que encontremos num emprego o nosso pensamento, simultaneamente um prazer, um repouso, uma renovação. Descansa das tarefas profissionais e sobreleva o espírito aos conhecimentos, aos interesses, aos preconceitos de ofício; ela “humaniza” os especialistas. Mais do que nunca precisam hoje os espíritos de têmpera filosófica; os estudos técnicos de filosofia, porém, nem a todos são acessíveis. É a literatura, no mais nobre sentido do termo, uma vulgarização da filosofia: mediante ela são as nossas sociedades atravessadas por todas as grandes correntes filosóficas determinantes do progresso ou ao menos das mudanças sociais; é ela quem mantém nas almas, sem isso deprimidas pela necessidade de viver e afogadas nas preocupações materiais, a ânsia das altas questões que dominam a vida e lhe dão um sentido ou um alvo. Para muitos dos nossos contemporâneos sumiu-se-lhes a religião, anda longe a ciência; da literatura somente lhes advém os estímulos que os arrancam ao egoísmo estreito ou ao mister embrutecedor”.⁵ Não se poderia definir com mais cabal justeza, nem com mais elegante simplicidade, a literatura e sua importância.

Muitos dos escritores brasileiros, tanto do período colonial como do nacional, conquanto sem qualificações propriamente literárias, tiveram todavia uma influência qualquer em a nossa cultura, a fomentaram ou de algum modo a revelam. Bem mereceram, pois, da nossa literatura. Erro fora não os admitisse sequer como subsidiários, a história dessa literatura. É também principalmente como tais que merecem consideradas obras, aliás por outros títulos notáveis, como a de Gabriel Soares ou os *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Os portugueses que no Brasil escreveram, embora do Brasil e de cousas brasileiras, não pertencem à nossa literatura nacional, e só abusivamente pode a história destas ocupar-se deles. O mesmo sucede com outros estrangeiros que aqui fizeram literatura como o hispano-americano Santiago Nunes Ribeiro, o espanhol Pascoal, ou os franceses Emile Adet e Louis Bourgain. Aqueles pelo caráter e estilo de suas letras eram, como os mesmos brasileiros natos, portugueses, e como o eram igualmente de nascimento e forçosamente de sentimento — que este se não naturaliza — como quaisquer outros estrangeiros, não cabem nesta história. No seu primeiro período ela é a dos escritores portugueses nascidos no Brasil, no segundo dos autores brasileiros de nascimento e atividade literária. Os portugueses que para cá vieram fazer literatura após a Independência, Castilhos, Zaluaires, Novais e outros, nem pela nacionalidade ou sentimento, nem pela língua ou estilo, não pertencem à nossa literatura, onde legitimamente não se lhes abre lugar. São por todas as suas feições portuguesas. Assim, os brasileiros que, alheando-se inteiramente do Brasil, em Portugal exerceram toda a sua atividade literária, como o infeliz e engenhoso Antônio José e o preclaro Alexandre de Gusmão, também não cabem nela. Tudo autoriza a crer que Antônio José e Alexandre de Gusmão não teriam sido literariamente o que foram se houvessem ficado no Brasil. Foi, pois, Portugal, a sua pátria literária, como o Brasil foi a pátria literária de Gonzaga.

Não existe literatura de que apenas há notícia nos repertórios bibliográficos ou quejandos livros de erudição e consulta. Uma literatura, e às modernas de após a imprensa me refiro, só existe pelas obras que vivem, pelo livro lido, de valor efetivo e permanente e não momentâneo e contingente. A literatura brasileira (como aliás sua mãe, a portuguesa) é uma literatura de livros na máxima parte mortos, e sobretudo de nomes, nomes em penca, insignificantes, sem alguma relação positiva com as obras. Estas, raríssimas são, até entre os letrados, os que ainda as versam. Não pode haver maior argumento da sua desvalia.

Por um mau patriotismo, sentimento funesto a toda a história, que necessariamente vicia, e também por vaidade de erudição, presumiram os nossos historiadores literários avultar e valorizar o seu assunto, ou o seu próprio conhecimento dele, com fartos róis de autores e obras, acompanhados de elogios desmarcados e impertinentes

qualificativos. Não obstante o pregão patriótico, tais nomes e obras continuaram desconhecidos eles e elas não lidas. Não quero cair no mesmo engano de supor que a crítica ou a história literária têm faculdades para dar vida e mérito ao que de si não tem. Igualmente não desejo continuar a fazer da história da nossa literatura um cemitério, enchendo-a de autores de todo mortos, alguns ao nascer. No período colonial haverá esta forçosamente de ocupar-se de sujeitos e obras de escasso ou até nenhum valor literário, como são quase todas as dessa época. Não sendo, porém, esse o único da obra literária, nem o ponto de vista estético e só de que podemos fazer a história literária, cumpre do ponto de vista histórico, o mais legítimo no caso, apreciar autores e livros que, ainda àquela luz mediocres, têm qualquer importância como iniciadores, precursores, inspiradores ou até simples indículos de movimentos ou momentos literários. É justamente naquele período de formação, o mais insignificante sob o aspecto estético, mas não o menos importante do ponto de vista histórico, que mais numerosos se nos depararão obras e indivíduos de todo mofinos. Temos, porém, de contar com eles, pois nessa formação atuaram sequer com o seu exemplo e ajudaram a manter a tradição literária da raça. No segundo período da constituição da literatura a que, sem maior impropriedade, já podemos chamar de nacional, cumpre-nos ser ainda mais escassos em admitir tipos de insuficiente representação literária. Cabe excluir-lhe da história, que deve ser a da literatura viva, indivíduos e obras que virtudes de ideação ou de expressão não assinalaram bastante para poderem continuar estimados além do seu tempo. Obras que apenas o acompanharam, sem nele influírem ou se distinguirem, ou que nem ao menos lhe representam dignamente o espírito e capacidade, ou ainda que não sejam a expressão de uma conspícua personalidade, apenas terão lugar à margem da literatura e da sua história. Parece um critério, não infalível mas seguro, de escolha, a mesma escolha feita pela opinião mais esclarecida dos contemporâneos, confirmada pelo juízo da posteridade. Raríssimo é que esta seleção, mesmo no Brasil, onde é lícito ter por menos alumiada a opinião pública, não seja ao cabo justa, e só os que lhe resistem são dignos da história literária. Não pode esta, a pretexto de opiniões pessoais de quem a escreve, desatender à seleção natural que o senso comum opera nas literaturas. Cumpre-lhe antes acatá-la se não tem argumentos incontestáveis a opor-lhe. Em que pese à nossa pretensão de letrados, são os eleitos daquela opinião os que cabem na história da literatura, que não queira invadir o domínio da bibliografia nem merecer o reproche de simplesmente impressionista.

A história da literatura brasileira é, no meu conceito, a história do que da nossa atividade literária sobrevive na nossa memória coletiva de nação. Como não cabem nela os nomes que não lograram viver além do seu tempo também não cabem nomes que por mais ilustres que regionalmente sejam não conseguiram, ultrapassando as raias das suas províncias, fazerem-se nacionais. Este conceito presidiu à redação desta história, embora com a largueza que as condições peculiares à nossa evolução literária impunham. Ainda nela entram muitos nomes que podiam sem inconveniente ser omitidos, pois de fato bem pouco ou quase nada representam. Porém uma seleção mais rigorosa é trabalho para o futuro.

Os elementos biográficos, necessários à melhor compreensão do autor e da sua época literária, como outros dados cronológicos, são da maior importância para bem situar nestas obras e autores e indicar-lhes a ação e reação. A história literária deve, porém, antes ser a história daquelas do que destes. Obras e não livros, movimentos e manifestações literárias sérias e conseqüentes, e não modas e rodas literárias, eiva das literaturas contemporâneas, são, a meu ver, o imediato objeto da história da literatura. Um livro pode constituir uma obra,⁶ vinte podem não fazê-la. São obras e não livros, escritores e não meros autores que fazem e ilustram uma literatura. Em a nossa deparamos-nos a cada passo sujeitos que sem vocação nem engenho literário, embora não de todo sem entendimento ou estro, produziram, geralmente em moços, um livro, um ou mais poemas ou outra pequena e não repetida obra literária. Outros até a repetem em maior número de volumes. Mais que a vocação que não tinham, moveu-os a vaidade, a presunção da notoriedade que a autoria dá ou quejando passageiro estímulo. No reinado de D. Pedro II, monarca amador de letras e caroável aos letrados, por lhe armar à benevolência e patrocínio, foi comum fingirem-se muitos de amantes daquelas e as praticarem, mesmo assiduamente, mais porventura do que lhes pedia a vocação ou consentia o talento. Alguma vez foi esse labor sincero, se bem que efeito de uma inspiração circunstancial e momentânea, que se não repetindo descobre-lhe a insuficiência. Tais autores esporádicos, amadores sem engenho nem capacidade

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

